Sumário

Primeira Parte

INTRODUÇÃO 13

PRINCÍPIOS INFORMATIVOS 17
1.1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS 19
1.2. PRINCÍPIO LÓGICO 21
1.3. PRINCÍPIO ECONÔMICO 24
1.4. PRINCÍPIO POLÍTICO 31

- 1.5. PRINCÍPIO JURÍDICO 35
- 1.6. PRINCÍPIO INSTRUMENTAL '48
- 1.7. PRINCÍPIO EFETIVO 54

Segunda Parte JURISDIÇÃO E JUIZ 59

2.1	CONSIDERAÇÕES	INICIAIS	61
2.1.	CONSIDERAÇÕES	INICIAIS	0.1

2.2.1. Princípio da inércia da jurisdi	ição	69
2.2.2. Princípio da independência	72	
2.2.3. Princípio da imparcialidade	77	
2.2.4. Princípio da inafastabilidade	82	
2.2.5. Princípio da gratuidade judici	ária	84

2.2. PRINCÍPIO DO JUIZ NATURAL 63

- 2.2.6. Princípio da investidura 88
- 2.2.7. Princípio da aderência ao território
 2.2.8. Princípio da indelegabilidade 91
 2.2.9. Princípio da indeclinabilidade 92
- 2.2.10. Princípio da inevitabilidade 95
- 2.2.11. Princípio da independência das jurisdições civil e criminal 96
- 2.2.12. Princípio da perpetuatio jurisdictionis 99
- 2.2.13. Princípio da recursividade 103



Terceira Parte ACÃO E DEFESA 107

3.1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS 109

3.2. PRINCÍPIO DO ACESSO À JUSTIÇA 112

- 3.2.1. Princípio da demanda 114
- 3.2.2. Princípio da autonomia de ação 118
- 3.2.3. Princípio dispositivo 121
- 3.2.4. Princípio da ampla defesa 124
- 3.2.5. Princípio da defesa global 128
- 3.2.6. Princípio da eventualidade 130
- 3.2.7. Princípio da estabilidade objetiva da demanda 132
- 3.2.8. Princípio da estabilidade subjetiva da demanda 136

Quarta Parte

PROCESSO E PROCEDIMENTO 141

4.1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS 143

4.2. PRINCÍPIO DO DEVIDO PROCESSO LEGAL 145

- 4.2.1. Atos processuais 148
- 4.2.1.1. Considerações iniciais 14
- 4.2.1.2. Princípio do debate 149
- 4.2.1.3. Princípio do impulso oficial 153
- 4.2.1.4. Princípio da boa-fé 156
- 4.2.1.5. Princípio do contraditório 160
- 4.2.1.6. Princípio da representação por advogado 164
- 4.2.1.7. Princípio da publicidade 167
- 4.2.1.8. Princípio da celeridade 171
- 4.2.1.9. Princípio da preclusão 174
- 4.2.1.10. Princípio da indisponibilidade procedimental 178
- 4.2.1.11. Princípio da preferibilidade do rito ordinário 181
- 4.2.2. Nulidades 184
- 4.2.2.1. Considerações iniciais 184
- 4.2.2.2. Princípio da liberdade de forma 186
- 4.2.2.3. Princípio da finalidade 187
- 4.2.2.4. Princípio do aproveitamento 190
- 4.2.2.5. Princípio do prejuízo 192
- 4.2.2.6. Princípio da convalidação 194
- 4.2.2.7. Princípio da causalidade 195
- 4.2.3. Prova 197
- 4.2.3.1. Considerações iniciais 197
- 4.2.3.2. Princípio da busca da verdade 198
- 4.2.3.3. Princípio da licitude da prova 201
- 4.2.3.4. Princípio inquisitivo 204
- 4.2.3.5. Princípio da livre admissibilidade da prova 208

- 4.2.3.6. Princípio do ônus da prova 212
- 4.2.3.7. Princípio da comunhão da prova 216
- 4.2.3.8. Princípio da avaliação da prova 218
- 4.2.3.9. Princípio da imediatidade 221
- 4.2.3.10. Princípio da concentração 224
- 4.2.3.11. Princípio da originalidade 227
- 4.2.4. Sentença 229
- 4.2.4.1. Considerações iniciais 229
- 4.2.4.2. Princípio da vinculação do juiz aos fatos da causa 23
- 4.2.4.3. Princípio da adstrição do juiz ao pedido da parte 234
- 4.2.4.4. Princípio da iuria novit curia 237
- 4.2.4.5. Princípio da identidade física do juiz 241
- 4.2.4.6. Princípio do livre convencimento 244
- 4.2.4.7. Princípio da motivação 247
- 4.2.4.8. Princípio da persuasão 251
- 4.2.4.9. Princípio da sucumbência 254
- 4.2.4.10. Princípio da invariabilidade da sentença 260
- 4.2.5. Recursos 262
- 4.2.5.1. Considerações iniciais 262
- 4.2.5.2. Princípio do duplo grau de jurisdição 264
- 4.2.5.3. Princípio do duplo grau de jurisdição obrigatório 266
- 4.2.5.4. Princípio da taxatividade 269
- 4.2.5.5. Princípio da singularidade 271
- 4.2.5.6. Princípio da fungibilidade do recurso 273
- 4.2.5.7. Princípio da dialeticidade 275
- 4.2.5.8. Princípio da devolutibilidade dos recursos 277
- 4.2.5.9. Princípio da irrecorribilidade em separado das interlocutórias 281

CONCLUSÃO 283

BIBLIOGRAFIA 287

ÍNDICE TEMÁTICO 299

ALUNOS COOPERADORES 307

